

MINISTÉRIO DA DEFESA GABINETE DO MINISTRO Esplanada dos Ministérios – Bloco "Q" – 9° andar 70049-900 – Brasília/DF Tel.: (61) 3312-8707 – ministro@defesa.gov.br

OFÍCIO Nº 8901/GM-MD

Brasília, na data de assinatura.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Federal CARLOS VERAS Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados Câmara dos Deputados, Edifício Principal, Térreo, Ala A, Sala 27 70160-900 Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 338/2025.

Senhor Primeiro-Secretário,

Sobre o assunto em epígrafe e em resposta ao Oficio 1ªSec/RI/E/nº 11/2025, de 25 de fevereiro de 2025, encaminho a Vossa Excelência o Oficio nº 43/SDI/295, de 20 de março de 2025, elaborado pela Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica.

Coloco-me à disposição para os esclarecimentos adicionais que Vossa Excelência reputar necessários.

Atenciosamente,

JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO Ministro de Estado da Defesa



Documento assinado eletronicamente por **José Mucio Monteiro Filho**, **Ministro(a) de Estado da Defesa**, em 07/04/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3°, art. 4°, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, o código verificador 7907361 e o código CRC 80A00FB0.

GABINETE DO MINISTRO/GM NUP Nº60011.000029/2025-51





MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

ASSESSORIA PARLAMENTAR E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO COMANDO DA AERONÁUTICA

Esplanada dos Ministérios - Bloco M – térreo Brasília - DF - CEP 70045-900

Tel: (61)3966-9682 / Fax: (61)3366-9131 / e-mail: protocolo.aspaer@fab.mil.br

Ofício nº 43/SDI/295 Protocolo COMAER nº 67001.000255/2025-08

Brasília, 20 de março de 2025.

Ao Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Defesa Esplanada dos Ministérios, Bloco Q - Ed. Sede, 9º andar CEP 70.049-900 - Brasília – DF

Assunto: Requerimento de Informação (RIC) nº 338/2025.

Senhor Chefe,

- 1. Ao cumprimentá-lo, em resposta ao Ofício nº 7065/AERI/GM-MD, de 19 de marçro de 2025, passo a tratar do **Requerimento de Informação** (**PL**) nº 338/2025, de autoria do Deputado Federal MESSIAS DONATO (REPUBLICANOS/ES), que solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre o elevado número de acidentes aéreos ocorridos no Brasil no ano de 2025.
- 2. Sobre o assunto, participo que, a proposta de respostas aos questionamentos do parlamentar, elaboradas por este Comando, são as seguintes:
 - 1. Quais foram as principais causas identificadas nos acidentes aéreos ocorridos no Brasil em 2025? Resposta: O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) destaca que suas investigações têm como finalidade exclusiva a prevenção de acidentes, conforme estabelece o artigo 86-A do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), bem como o §6°, art. 1° do Decreto n° 9.540/2018 e o Anexo 13 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, de 1944, da qual o Brasil é signatário. Os trabalhos do CENIPA não têm como objetivo atribuir culpa ou responsabilização, conforme a legislação vigente. Tampouco buscam comprovar uma causa provável do acidente, mas indicam possíveis fatores contribuintes que permitem elucidar eventuais questões técnicas relacionadas à ocorrência Aeronáutica. As investigações dos acidentes aeronáuticos ocorridos em 2025 ainda estão em curso, não sendo possível precisar, nesta fase das investigações, quais foram os fatores contribuintes de cada ocorrência.



- 2. Quantos desses acidentes já tiveram investigações concluídas e quais foram as conclusões? Resposta: Todas as investigações conduzidas pelo CENIPA prezam pelo menor prazo possível, considerando sempre a complexidade de cada ocorrência e, ainda, da necessidade de descobrir os possíveis fatores contribuintes. Em relação aos acidentes aeronáuticos ocorridos em 2025, todas as investigações ainda estão em curso.
- Quais medidas estão sendo adotadas para mitigar o aumento de ocorrências desse tipo? Resposta: Esclarecemos que, desde 2018, com a publicação do Decreto nº 9540/2018, as atividades de prevenção de competência do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), no âmbito da aviação civil, estão limitadas "às investigações de acidentes e incidentes aeronáuticos e às tarefas relacionadas com a gestão dos sistemas de reporte voluntários", não sendo mais competência deste Centro adotar ações para mitigar o aumento de ocorrências aeronáuticas. Em complemento ao assunto e com o propósito de aprimorar a atuação conjunta dos responsáveis pela segurança operacional da aviação civil brasileira, foi estabelecido um mecanismo permanente de coordenação entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o Comando da Aeronáutica (COMAER), denominado Comitê de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira, formalizado através da Portaria Conjunta nº 2, de 1º de novembro de 2018, DOU n° 212, de 5 de novembro de 2018. Posteriormente, este ato foi ratificado por meio do Decreto nº 9.880, de 27 de junho de 2019, instituindo o Comitê de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira (CSO), com a competência de implementar o Programa Brasileiro para a Segurança Operacional da Aviação Civil (PSO-BR) e as medidas necessárias à melhoria da segurança operacional da aviação civil brasileira, avaliando a sua efetividade na manutenção ou na melhoria contínua do desempenho da segurança operacional da aviação civil brasileira. Programa Brasileiro para a Segurança Operacional da Aviação Civil (PSO-BR) tem por finalidade estabelecer as diretrizes a serem adotadas no Estado brasileiro, visando à melhoria contínua da seguranca operacional na aviação civil. Nesse contexto, o PSO-BR direciona as autoridades de aviação civil a estabelecer e monitorar o Nível Aceitável de Desempenho de Segurança Operacional (NADSO), bem como a disseminar as informações sobre segurança operacional para os seus gestores, colaboradores e entes regulados, visando aumentar a percepção e o aprimoramento da cultura de segurança operacional. O PSO-BR foi formalizado através da edição de um documento contendo a estruturação e as diretrizes do Programa de Segurança Operacional do Estado brasileiro. Contemplando o período de 2019-2022, foi elaborado, pelo CSO, a primeira edição do Plano de Segurança Operacional para a Aviação Civil Brasileira. O citado plano definiu os objetivos e algumas ações específicas relacionadas à Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira, conforme o previsto no PSO-BR, em alinhamento com iniciativas internacionais. Em fevereiro de 2023, após deliberação e aprovação na 4ª Reunião do CSO, publicou-se a segunda edição do Plano, para o período de 2023-2025, que passou a ser denominado de Plano Nacional de Segurança Operacional para a Aviação Civil (PNSO), alinhado com o Plano de Segurança Operacional da Região Sul Americana (em inglês, South American Safety Plan – SAMSP) e do Plano Global de Segurança Operacional da Aviação (em inglês, Global Aviation Safety Plan

(Fl 3/4 do Ofício externo nº 43/SDI/295 - ASPAER, de 20 MAR 2025, Prot nº 67001.000255/2025-08)

 – GASP). Maiores informações sobre o CSO e o PNSO poderão ser obtidos no site do DECEA e ANAC, nos seguintes endereços:

https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/seguranca-operacional/programas-de-seguranca-operacional/pso-br https://www.decea.mil.br/programa-seguranca-operacional/

A ANAC disponibiliza, para consulta, o Painel de Monitoramento do PNSO:

https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWFhZTMyMzEtOTQ4NC00ZmR jLWFkMGEtMGYxYTFhMmI3MGI5IiwidCI6ImI1NzQ4ZjZlLWI0YTQtNG IyYi1hYjJhLWVmOTUyMjM2ODM2NiJ9

- Houve um aumento no número de operações aéreas ou 4. modificações nas regulamentações que possam ter contribuído para esse crescimento? Resposta: A ANAC produz o Plano de Supervisão da Segurança Operacional (PSSO) como parte do Programa de Segurança Operacional Específico da ANAC (PSOE-ANAC), que por sua vez está inserido no Programa Brasileiro para a Segurança Operacional da Aviação Civil (PSO-BR). O objetivo deste plano, de caráter cíclico e estratégico, é contribuir para a melhoria contínua da segurança operacional da aviação civil brasileira por meio da identificação de áreas de atuação prioritárias da Agência. Conforme previsto no Art. 28 do documento PSOE-ANAC, este plano contém objetivos, metas, indicadores e iniciativas que abordam os principais riscos de segurança operacional na aviação civil, identificados a partir de uma avaliação da estruturação do Programa de Segurança Operacional do Estado no âmbito de atuação da ANAC e da análise do desempenho da aviação civil em termos nacionais e internacionais. É recomendado o acesso, na íntegra, do Painel de Monitoramento do Plano de Supervisão de Segurança Operacional (PSSO).
- 5. Existe alguma relação entre os acidentes e possíveis falhas na fiscalização da manutenção de aeronaves? Resposta: : As investigações dos acidentes aeronáuticos ocorridos em 2025 ainda estão em curso, não sendo possível precisar, nesta fase das investigações, se há alguma relação entre os acidentes e possíveis falhas na fiscalização da manutenção de aeronaves.
- 6. Qual o tempo médio de investigação de um acidente aéreo pelo CENIPA e quantos estão atualmente em curso? Resposta: Todas as investigações conduzidas pelo CENIPA prezam pelo menor prazo possível, considerando sempre a complexidade de cada ocorrência e, ainda, da necessidade de descobrir os possíveis fatores contribuintes. Além disso, conforme o artigo 88-H do CBA, é por meio da emissão do Relatório Final que o CENIPA autoridade responsável pelo Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) se pronuncia sobre os resultados de suas investigações e propõe a implementação de possíveis medidas por meio das Recomendações de Segurança, buscando o aprimoramento da segurança de voo. Os Relatórios Finais, as Recomendações de Segurança e outros dados das investigações em andamento estão disponíveis ao público por meio do Painel SIPAER. Essa ferramenta online, desenvolvida pelo CENIPA, tem como objetivo promover maior transparência e facilitar o acompanhamento



(Fl 4/4 do Ofício externo nº 43/SDI/295 - ASPAER, de 20 MAR 2025, Prot nº 67001.000255/2025-08)

das informações relacionadas às ocorrências aeronáuticas da aviação civil brasileira tratadas pelo CENIPA nos últimos dez anos, atendendo tanto à sociedade quanto à comunidade aeronáutica. Para saber mais sobre o Painel SIPAER, acesse: https://painelsipaer.cenipa.fab.mil.br



Atenciosamente,

No Imp Major-Brigadeiro do Ar REGINALDO PONTIROLLI Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica

ERICK BATISTA DOS SANTOS Coronel Aviador

